

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SUSTENTAVEIS EM GRIS DAS EMPRESAS DOS SETORES DE BENS INDUSTRIAIS - TRANSPORTES

LEONARDO FABRIS LUGOBONI

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO FECAP

MARCIA MARIA DOS SANTOS

FILIPE ANTÔNIO FIORINI

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS

MARCUS VINICIUS MOREIRA ZITTEI

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS

JOSÉ ORCÉLIO DO NASCIMENTO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEARP/USP)

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SUSTENTÁVEIS EM GRIS DAS EMPRESAS DOS SETORES DE BENS INDUSTRIAIS - TRANSPORTES

1 INTRODUÇÃO

A apreensão com os problemas ambientais vem crescendo ano após ano, mostrando a urgência e a necessidade de mudança no comportamento com relação ao meio ambiente para que não se desgaste rapidamente. Essa questão existe de longa data, mas a primeira grande discussão ocorreu na Conferência de Estocolmo, realizada na década de 70 na Suécia (GAVIOLI; FRANCISCO; SEHNEM, 2016).

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável ficou conhecido mundialmente a partir do ano de 1987, quando foi usado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em seu relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. O relatório dessa Comissão divulgou a ideia de desenvolvimento sustentado, que passou a representar normas no sentido de linguagem internacional, tornando o eixo central de pesquisas em vários países e também por grandes empresas (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

A comunidade tem culpado as organizações pela maior parcela de deterioração do meio ambiente e por isso passou a exigir delas o máximo de responsabilidade ambiental. O mercado passou a escolher as companhias envolvidas com o desenvolvimento sustentável para minimizar os riscos, já que essas agressões ao meio ambiente podem afetar a reputação da empresa e com isso seu valor de mercado torna-se menor (NOGUEIRA; ANGOTTI, 2011).

Focado na padronização de publicação das informações sustentáveis, a *Global Reporting Initiative* – GRI, disponibiliza às grandes companhias mundiais a oportunidade de divulgarem seus relatórios de sustentabilidade em um padrão global. Essa divulgação oferece grandes vantagens administrativas para as empresas, visto que a GRI é estimada pelos grandes investidores e considerada ferramenta relevante para as empresas que negociam seus títulos no mercado mundial (LEITE FILHO; PRATE; GUIMARAES, 2009). O relatório do GRI é formado por um conjunto de princípios e indicadores de ordem econômica, social e ambiental com destaque para a transparência, qualidade e confiabilidade das informações divulgadas.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é compreender quais indicadores de sustentabilidade estão sendo evidenciados nos GRIs das empresas de Transportes. Esta pesquisa se justifica, pois a elaboração dos indicadores de sustentabilidade é complexa, pelo fato de demonstrar a relação da sociedade com o meio ambiente num cenário amplo, considerando os vários fatores abrangidos no processo. Assumir uma postura sistêmica diante desse problema é necessário para que se possa entender a realidade dos fatos, uma vez que elementos formadores têm recíproca influência (VASCONCELOS; ANDRADE; CÂNDIDO, 2009). A ligação entre a empresa e a sociedade é de interesse mútuo, pois a sociedade depende das empresas para seu desenvolvimento local, e a empresa necessita da sociedade para sua permanência no mercado. Desta forma, a análise entre a relação da responsabilidade social e o desempenho econômico-financeiro das empresas torna-se importante (PLETSCH; SILVA; HEIN, 2015).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade

A sustentabilidade pede um modelo de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Usando uma metáfora econômica, deve-se viver dentro da capacidade do capital natural.

Embora o capital natural seja fundamental para a continuidade da espécie humana sobre a Terra, os aspectos mostram uma população e consumo médio crescentes, com decréscimo simultâneo deste mesmo capital. Estas tendências levantam a questão de quanto capital natural é suficiente ou necessário para manter o sistema. A discussão destas diferentes possibilidades é que motiva os conceitos de sustentabilidade forte e fraca (BELLEN, 2003).

As organizações, sempre atentas ao que esperam de retorno os *stakeholders*, definem estratégias de gestão estável na sustentabilidade, pelo que contribuem para o aumento de relatórios de sustentabilidade que são publicados anualmente conforme os relatórios de gestão e as contas anuais (CARREIRA; PALMA, 2012).

A expressão “*Stakeholders*” refere-se a todos aqueles que interagem com as organizações afetando ou sendo afetado por elas. A palavra surgiu como extensão de *Shareholder* (acionista proprietário do negócio). Os *stakeholders* exercem influência sobre a empresa, ou seja, ou tem desejo de obter algo através da organização, como por exemplo, os colaboradores que têm interesses econômicos, ou podem causar alterações sob a empresa dependendo de suas atitudes ou de sua visão sobre ela (RABELO; SILVA, 2011).

Na época atual, a sustentabilidade continua sendo um tema muito discutido e bastante tem se argumentado sobre a sua importância, bem como o impacto das práticas de sustentabilidade no cenário organizacional (LUGOBONI et al., 2013). No ponto de vista dos autores Schmitt, Hayde e Dreher (2013), visando ao futuro, constatou-se que começou um reconhecimento da importância de assumir a ideia de sustentabilidade, em qualquer programa ou atividade de gestão. Nesse aspecto, as empresas têm um papel bem relevante por meio de uma prática empresarial sustentável, ocasionando mudanças de valores e de orientações e adotando a ideia de gestão sustentável.

O desenvolvimento sustentável, a disputa global e a rápida transformação tecnológica forçam cada vez mais as empresas a se inovar com foco na sustentabilidade (PINSKY; DIAS; KRUGLIANSKAS, 2013). Para Venzke e Nascimento (2013) o conhecimento para a sustentabilidade é definido como um aprendizado que admite a dificuldade da dinâmica dos sistemas, é socialmente forte, é reconhecido por várias culturas muito amplas e incorpora critérios, que podem mudar em diferentes contextos.

Quando bem empregada e aproveitada, a sustentabilidade pode se tornar estratégica para a organização, pois pode diminuir seus custos, visto que possibilita a reutilização de recursos. Além disso, pode resultar no aumento das vendas, uma vez que muitos clientes acabam se tornando leais de empresas sustentáveis. Essa preocupação de empresas e clientes com a sustentabilidade tende a se ampliar, diante da mudança no foco das preocupações da sociedade, com destaque para as questões de qualidade de vida e sustentabilidade ambiental (SCARPIN et al., 2013)

No entendimento de Bordin e Pasqualloto (2013), a respeito do desenvolvimento sustentável, governo, empresas e sociedade estão se organizando para responder, não apenas às questões econômicas, como também, os problemas sociais e ambientais. Nesta ocasião, o comprometimento deve partir de todos, indo de acionistas a funcionários, prestadores de serviços a consumidores, comunidade a meio-ambiente, etc. Sendo assim, a compreensão do termo sustentabilidade, em um modo geral, assume um desafio, não apenas no campo teórico, no qual se constitui como um referencial normativo ainda em construção e repleto de contradições, mas também por meio de suas diretrizes de implantação e operação no ambiente organizacional do setor elétrico nacional, dotado de meandros de natureza econômica, social, ambiental, política e tecnológica (BORGES; LOUREIRO, 2014).

Conforme Souza et al. (2015), a preocupação com a sustentabilidade dos recursos ambientais e sua gestão eficiente é considerada parte integrante do conceito de responsabilidade social corporativa, mas não o representa em seu todo. Mesmo assim, ações empresariais neste

campo evidenciam a sua preocupação com aspectos morais, que vão além dos objetivos totalmente econômicos ou legais, abrangendo o ambiente em que estão inseridas.

Hanai e Espíndola (2011) concluem que em diversas concepções e definições relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que vêm sendo inseridos e aplicados nos contextos acadêmicos, segmentos sociais, planos e processos de desenvolvimento.

2.2 Relatórios Sustentáveis

Os relatórios de sustentabilidade visam demonstrar o desempenho social, ambiental e econômico das empresas (ZARO; PASTRE; ALBERTON, 2015). Conforme abordado por Lugoboni et al. (2013), as grandes empresas interessadas em manter a sustentabilidade, têm desenvolvido relatórios anuais e/ou de sustentabilidade, bem como balanços sociais com intuito de apresentar um canal de comunicação com as causas envolvidas (sociedade, governo, meio ambiente, investidores entre outros), respondendo as exigências de transparência e responsabilidade social do cenário econômico.

Os relatórios de sustentabilidade são publicados pelas companhias por diferentes motivos, como para mostrar seu desempenho ambiental positivo – teoria do *disclosure* (divulgação) voluntário, alterar seu status de legitimidade – teoria da legitimidade, ou dar resposta a grupos de interesse – teoria do stakeholder (TANNURI; BELLEN, 2014).

Atualmente, o grande desafio da sociedade organizada, das grandes empresas e de governos é o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, o chamado desenvolvimento sustentável, ou seja, atender as necessidades de hoje sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Governos e organizações públicas e privadas tornam-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões relativas ao meio ambiente (PEREIRA; SILVA, 2008).

De acordo com Lucena e Travassos (2009) o relatório de sustentabilidade resulta de um processo que visa identificar, mensurar, divulgar e prestar contas sobre as ações das entidades. Através do seu reporte, as empresas e todos os seus públicos têm em mãos um instrumento que possibilita dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável. Neste mesmo sentido, Carvalho e Siqueira (2007) apontam que o balanço social, ou relatório de sustentabilidade, é um demonstrativo que tem como função a apresentação de informações com relação a empresa e o meio em que se encontra inserida. A elaboração e a publicação deste demonstrativo não são obrigatórias, mas é significativa e crescente a utilização do balanço social pelas organizações.

Uma organização que pratica a responsabilidade socioambiental presta contas de seu desempenho, econômico, ambiental e social, elaborando relatórios de sustentabilidade para comunicar às partes interessadas. Neste caso, surgem modelos de indicadores e de relatórios que ensinam a implantação e os controles das empresas que desenvolvem ações de sustentabilidade (CORRÊA et al., 2012). Gasparino e Ribeiro (2007) concluíram que ao elaborar um relatório ambiental a empresa sempre identifica problemas e oportunidades em relação a agentes reguladores, reputação das marcas, comunidades e entidades não-governamentais, cadeias de fornecimento, além de redução de custos e desperdícios, sendo necessária uma revisão de diversos processos adotados pela instituição.

A clareza das atividades empresariais em relação à sustentabilidade tem resultado no melhoramento dos relatórios, propondo-se uma estrutura referencial emitida pela Global Reporting Initiative, entendendo os princípios, orientações e indicadores de desempenho. Com o objetivo de validar e transparecer a confiança das informações, os auditores realizam trabalhos de validação, que são uma metodologia de avaliação dos relatórios de sustentabilidade

resultando na emissão de um relatório de asseguarção das informações nele apresentadas (ZARO; PASTRE; ALBERTON, 2015). Segundo Lugoboni et al. (2013), as vantagens da avaliação independente podem incluir: identificação e gerenciamento de riscos-chave, suporte na melhoria do desempenho e criação de valor, confiabilidade nos dados e sua utilização para tomada de decisão, maior valorização da marca, atrativos ao cliente, competitividade e referencial de mercado.

O relatório de sustentabilidade da empresa inclui informações referentes aos aspectos materiais, àqueles que os impactos são identificados como materiais pela organização. Esses aspectos materiais contemplam também os econômicos, ambientais e sociais mais significativos da organização ou influenciam substancialmente as avaliações e decisões dos stakeholders. Os pontos materiais identificados podem ser apresentados como informações sobre a maneira de gestão e a forma de indicadores (GAVIOLI; FRANCISCO; SEHNEM, 2016).

2.3 Global Reporting Initiative

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, sediada na Holanda, que tem procurado facilitar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem a todas as organizações estruturar o seu relatório sustentável, seja em termos de conteúdo, ou em termos de abrangência. A GRI tem uma solução de relato que pode ser utilizada por qualquer organização, independentemente da sua dimensão, estrutura, setor de atividade e localização (CARREIRA; PALMA, 2012).

A sustentabilidade corporativa tem sido um dos tópicos relevantes na agenda das organizações e os relatórios de sustentabilidade têm sido formas de avaliar o desempenho e a competitividade. Os relatórios da GRI são utilizados pelas empresas no intuito de informar o desempenho ambiental, social e econômico (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Tendo como objetivo o aperfeiçoamento dos relatórios de sustentabilidade por meio da padronização dos conteúdos evidenciados neles, foi que o instituto Global Reporting Initiative propôs o modelo de relatório GRI G3, amplamente aceito no cenário mundial (DEMONIER; DEMONIER; PIRES, 2015). Segundo Guenther, Hoppe e Poser (2007), ao elaborar suas diretrizes, a GRI objetivou desenvolver uma base para todos os relatórios, que são importantes para todas as organizações, independentemente da sua dimensão, setor ou localização, a abordagem padrão era adequada. A GRI desenvolveu suplementos para complementar o núcleo e os indicadores adicionais.

Para Dias, Soekha e Souza (2008) o GRI foi uma destas organizações não governamentais que tentaram buscar de um formato para divulgação das informações sociais e ambientais, resultando na elaboração dos indicadores de desempenho social, ambiental e econômico que irão refletir a responsabilidade social da organização que o utilizar. Índcios preliminares das práticas adotadas pelas empresas parecem afirmar que essas diretrizes gerais possuem contrariedade, e que as empresas que publicam os relatórios GRI omitem informações que visem ao respeito à equidade social e ambiental, colocando em risco a interpretação entre o desempenho corporativo e os impactos provenientes de seus programas (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Procurando reduzir esses aspectos negativos, algumas instituições e organizações, nacionais e internacionais, lançaram propostas de modelos de divulgação desses demonstrativos. Nesse contexto, destaca-se a Global Reporting Initiative (GRI), que, na tentativa de gerar relatórios de sustentabilidade mais completos, coerentes, confiáveis, e padronizados internacionalmente, lançou as Diretrizes para os Relatórios de Sustentabilidade (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010).

Segundo Calixto (2013), o relatório preparado conforme as diretrizes GRI aborda os três elementos interagindo-se ao que se aplicam a uma empresa: os aspectos social, ambiental e econômico das suas operações. Além disso, os indicadores oferecidos podem ser utilizados por qualquer instituição, bastando existir o interesse em divulgar tais informações em conformidade com as diretrizes recomendadas.

A criação e a publicação dos relatórios de sustentabilidade pelas empresas representa uma prática voluntária na maioria dos casos. Todavia, muitos são os padrões existentes para conduzir a elaboração destes relatórios. A iniciativa da GRI representa um dos escopos mais completos, sendo conhecido e usado mundialmente para fins de elaboração de relatórios de sustentabilidade pelas organizações (KNEIPP et al., 2013). Desse modo, uma forma de tentar avaliar a importância da questão ambiental dentro dessas grandes empresas é medir o nível de adequação de seus relatórios ambientais ao que dispõe o Global Reporting Initiative. (PEREIRA; SILVA, 2008).

Os relatórios simbolizam uma oportunidade de inovação além de contribuir para a imagem pública da empresa, podem ainda servir como análise dos principais pontos fortes e fracos com relação ao seu desempenho em relação à sociedade com o meio ambiente (PROGETTI; ARIMA; ZANONA, 2014). A indagação que se coloca é se as informações econômicas estão sendo tratadas com qualidade na divulgação socioambiental para atender ao objetivo de responsabilidade das empresas (GARCIA et al., 2015).

As diretrizes GRI estão organizados em dois grupos: o primeiro envolve princípios para interpretação do conteúdo, princípios para assegurar a qualidade da informação e orientações para definição dos limites do relatório; o segundo grupo trata do conteúdo do relatório, perfil da organização, forma de gestão e apresentação dos indicadores de desempenho (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012).

Além das linhas gerais, a GRI tem procurado individualizar o relato por setor de atividade, mostrando suplementos setoriais que permitem relatar aspectos característicos, baseados em indicadores de desempenho que mostrem as especificidades de cada setor. Estes suplementos de relato por setor têm o objetivo de complementar os relatórios de sustentabilidade de ampla adesão (CARREIRA; PALMA, 2012).

A Global Reporting Initiative elaborou um método para dividir as empresas por níveis de aplicação ao relatório de sustentabilidade. Para mostrar que um relatório está em concordância com os padrões definidos pela GRI a empresa deve se auto avaliar e se enquadrar em um nível de aplicação (PEREIRA; SILVA, 2008). No entanto, sabe-se que as empresas e os relatores individuais terão níveis variados de conhecimento, principalmente nos primeiros anos de elaboração de relatórios. Para isso, as Diretrizes da GRI permitem que empresas relatem em níveis diferentes (de C, para organizações relatoras iniciantes, a A+, para as mais experientes), refletindo níveis diferentes de uso da Estrutura da GRI. A versão G3 das Diretrizes introduziu uma tabela chamada 'níveis de elaboração de relatório da GRI' (Relatórios de Sustentabilidade da GRI, 2012). A figura 1 apresenta o conteúdo deste relatório.

Assim, com o intuito de atender a uma necessidade de padronização, a maior qualidade na informação e fornecer um modelo amplamente aceito para a criação de relatórios sobre desempenhos econômico, ambiental e social de uma organização, foram elaboradas as estruturas dos relatórios da Global Reporting Initiative (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012).

Figura 1 – Conteúdo Relatório GRI

Nível de Aplicação do Relatório	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da GRI	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a Forma de Gestão da GRI	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: GRI (2012).

2.4 Estudos Correlatos

Um estudo realizado por Corrêa et al. (2012) tinha como objetivos específicos analisar o nível de evolução dos relatórios da GRI nas empresas nacionais e internacionais, além de pesquisar a estrutura e nível de aplicação dos relatórios da GRI nas empresas atuantes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A metodologia utilizada foi qualitativa tendo como base a Report List 2011 e adoção do modelo GRI-G3 nos níveis C, C+; B, B+ e A, A+, entre os anos de 2005 a 2010, aplicado em 45 empresas brasileiras que divulgam seus relatórios de sustentabilidade e fazem parte do ISE. Concluiu-se que tanto as empresas nacionais quanto as internacionais adotaram e evoluíram no modelo da GRI através da melhoria de seus relatórios.

Gasparino e Ribeiro (2007) desenvolveram uma pesquisa comparativa entre os relatórios sociais americanos e brasileiros. Foram estudadas seis empresas do setor de papel e celulose, três americanas e três brasileiras. Os dados analisados comprovaram que os relatórios americanos possuem seus dados mais detalhados, mesmo não atendendo todas as propostas da GRI. Outra observação interessante foi que somente uma empresa brasileira teve seu relatório analisado por auditoria externa.

A pesquisa de Pinto, Villiers e Samkin (2014) tinha como objetivo verificar e evidenciar a divulgação da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) por parte das 50 empresas listadas da Nova Zelândia entre 2005 e 2010, após o impacto inicial da crise financeira global (GFC). Examinaram-se os relatórios anuais e individuais de RSE de cada empresa para o período analisado. Os resultados revelam uma tendência geral ascendente nas publicações de RSE durante o período de seis anos. As empresas que operam em indústrias que se dispõem a análise pública, ou as mais sensíveis aos impactos sociais e ambientais das operações corporativas, aumentaram suas divulgações de RSE, enquanto outras empresas diminuíram suas divulgações.

Um outro estudo, agora de Piechocki, (2004), tinha como propósito medir a relação entre transparência e a reputação da empresa com as partes interessadas, suas políticas e atividades. Foram analisados os Relatórios de Sustentabilidade de empresas de diferentes setores, como petróleo e indústria de energia elétrica (Shell e BP), indústria alimentar (Unilever e Nutreco), setor financeiro (ING Bank e Rabobank), indústria química (BASF e DSM), eletrônica (Philips e Sony) e de bens de consumo (Procter & Gamble and Henkel). Foi

concluído que é necessária uma análise mais aprofundada sobre a relação da transparência e o Relatório de Sustentabilidade Anual, uma vez que a transparência é somente uma das muitas variáveis que podem afetar a reputação de uma empresa.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa descritiva, pois esta visa identificar, relatar, comparar e descrever as características propostas pela pesquisa, sem interferência do pesquisador nos resultados (FOLLMANN; PAIVA; SOARES, 2011), com dados de relatórios publicados e disponibilizados pelas empresas.

Quanto aos procedimentos técnicos será através de Pesquisa Documental com análise dos relatórios de sustentabilidade em GRIs nas empresas do setor de Transportes. A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento que diferencia está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica reporta para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, considerando as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não tiveram tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A utilização da classificação setorial tem por base a dedução que empresas de um mesmo setor são parecidas. Portanto, se a classificação setorial é eficiente, espera-se que empresas de um mesmo setor formem um mesmo agrupamento e empresas de setores diferentes sejam reunidas em conjuntos díspares (LOSEKANN; VELASQUEZ; VIEIRA, 2009).

Para a classificação das empresas, a B3 prioriza as análises dos produtos ou serviços que mais contribuem para a formação das receitas das companhias, considerando-se, ainda, as receitas geradas no âmbito de empresas investidas de forma proporcional às participações acionárias detidas. No caso de companhias de participação, foi considerada a contribuição de cada setor na formação das receitas consolidadas (TRAVASSOS et al., 2014).

A pesquisa foi realizada em sete empresas do setor econômico de bens industriais e mineração no subsetor de transportes. No setor econômico de bens industriais e mineração foram pesquisados os segmentos de exploração de rodovias, transporte ferroviário e rodoviário, listados como Novo Mercado e Nível 1.

As Bolsas de valores de diversos países criaram índices de sustentabilidade compostos por empresas que incorporam os indicadores econômicos, sociais e ambientais na gestão da sustentabilidade. Entretanto, até o momento, poucos estudos relacionam índices do mercado financeiro com os de sustentabilidade (BEATO; SOUZA; PARISOTTO, 2009).

De acordo com a B3 (2016), as empresas que compõem o segmento de Novo Mercado é um grupo de empresas que adota práticas de governança corporativa voluntariamente, além daquelas obrigatórias por lei. No sítio eletrônico da B3 encontra-se a regulamentação dessas empresas, que rege desde a composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal das empresas, até a obrigatoriedade exclusiva de negociação de ações ordinárias (aquelas que dão direito a voto), sendo vedada a comercialização de ações preferenciais (aquelas que não dão direito a voto, mas têm preferência na distribuição de dividendos)

No site de cada empresa foi possível ter acesso aos relatórios de sustentabilidade, segundo os padrões G3, onde contém o sumário de índice remissivo dos Indicadores do GRI das empresas listadas nos setores de transportes dos anos de 2012 e 2013. O acesso aos relatórios foi por meio da internet, com a consulta na página inicial das empresas, conforme demonstrado tabela 1:

Tabela 1 – Empresas nos segmentos de exploração de rodovias, transporte ferroviário e rodoviário, listados como Novo Mercado e Nível 1.

Empresas	Setor Econômico	Subsetor	Segmento	2012	2013
All Amer Lat Log	Bens Industriais	Transportes	Transporte Ferroviário	G3	G3
CCR S.A- Autoban	Bens Industriais	Transportes	Exploração de Rodovias	G3	G3
Cosan Log	Bens Industriais	Transportes	Transporte Ferroviário	G3	G3
Ecopistas - Grupo Ecovias	Bens Industriais	Transportes	Exploração de Rodovias	G3	G3
Invepar	Bens Industriais	Transportes	Exploração de Rodovias	G3	G3
Jsl	Bens Industriais	Transportes	Transporte Rodoviário	G3	G3
Vale S/A	Mineração	Transportes	Transporte Ferroviário	G3	G3

Fonte: B3, 2016.

4 EXPOSIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise documental de cada empresa elencada na tabela 1, foi considerada a informação fornecida no sumário do GRI na versão G3. Assim, analisou-se a página correspondente a determinado indicador, pois um dos quesitos relativos à conformidade da utilização deste relatório é a adequada elaboração do sumário. Durante a análise das amostras foi possível observar que as sete empresas realizam a divulgação de suas práticas sustentáveis.

Na sequência foi realizado levantamento dos seguintes itens: Divulgação do balanço social – modelo IBASE, Divulgação de indicadores GRI, Declaração de exame da GRI e Avaliação independente do relatório de sustentabilidade. A tabela 2 apresenta um resumo destes dados:

Tabela 2 - Percentual médio de evidenciação e divulgação dos relatórios

EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS	2012	2013	Média
Divulgação do Balanço Social - Modelo IBASE	86%	71%	79%
Divulgação dos Indicadores GRI	100%	100%	100%
Declaração de exame da GRI	29%	29%	29%
Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade	14%	14%	14%
MÉDIA	57%	54%	55%

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto à Divulgação dos indicadores GRI durante os anos de 2012 e 2013, se mantiveram em 100%. Segundo Silva e Cândido (2012) os indicadores são ferramentas fundamentais na procura pela mensuração, visto que alcançam necessariamente o objetivo para o qual foi criado.

A divulgação do balanço social – Modelo IBASE, apresentou uma redução de 86% para 71%, no mesmo período. Segundo Carvalho e Siqueira (2007), o balanço social, embora não seja de publicação obrigatória, é um demonstrativo que apresenta informações da empresa com relação ao meio em que se encontra inserida.

A declaração de exame da GRI permaneceu estável em 29% nos dois anos analisados. Chamou a atenção a média baixa para este item, demonstrando que, de forma geral, as empresas não tiveram preocupação com a declaração de exame da GRI.

A avaliação independente do relatório de sustentabilidade apresentou o percentual de 14% no mesmo espaço de tempo. Lugoboni et al. (2013) defende que as vantagens da avaliação independente podem incluir: identificação e gerenciamento de riscos-chave, suporte na melhoria do desempenho e criação de valor, confiabilidade nos dados e sua utilização para tomada de decisão, maior valorização da marca, atrativos ao cliente, competitividade e referencial de mercado.

Ao término da análise das formas de divulgação das práticas de sustentabilidade foi efetuado um estudo mais aprofundado sobre a utilização dos indicadores de desempenho GRI pelas empresas nos anos de 2012 e 2013. O estudo foi separado em três indicadores de desempenho: econômico, ambiental e social. A seguir serão abordados os principais resultados encontrados.

Quanto ao a evidenciação dos indicadores de desempenho econômico, as empresas JSL e Vale S/A performaram 100% em ambos os anos, com o maior índice de evidenciação entre as empresas citadas. All America Lat e Invepar apresentaram os resultados mais baixos. A Invepar ficou estável em 33% em ambos anos, enquanto a All America Lat regrediu de 33% para 22% de 2012 para 2013.

O Indicador de Desempenho Econômico mais evidenciado foi o de Valor Econômico Direto Gerado e Distribuído com 93% de demonstração. O que teve a média mais baixa foi a Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes, com média de 43 de evidenciação. De acordo com Pinsky, Dias e Kruglianskas (2013), as empresas por meio de autoridades corporativas atentas às questões de sustentabilidade, tem papel importante para conduzir novos processos que vão ao encontro dos dilemas do desenvolvimento sustentável, influenciando a demanda de mercado e firmando novos padrões de consumo com foco em produtos e serviços ambientalmente corretos, socialmente justos e que continuam trazendo retornos financeiros para as empresas e seus acionistas.

O próximo indicador analisado refere-se à Divulgação dos Relatórios de Desempenho Ambientais. Embora a JSL tenha sido a empresa que apresentou melhor resultado, não atingiu 100% em ambos anos. A evidenciação deste indicador cresceu de 97% em 2012 para 100% em 2013. As empresas que apresentaram pior resultado neste indicador foram a Invepar, estável em 37%, e a All America Lat, que reduziu sua evidenciação de 57% para somente 13% de um ano para outro.

Nenhum dos Indicadores de Desempenho Ambiental atingiu 100% de performance. Apesar disso, muitos indicadores apresentaram desempenho acima de 70%, nível que poderia ser considerado satisfatório. Entretanto, o indicador de Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia apresentou somente 29% de evidenciação.

Analisando a divulgação dos Indicadores de Práticas Trabalhistas pode-se observar que a empresa Invepar apresentou o menor índice de divulgação dos dados em ambos os períodos, ficando estável em 47%. A Cosan Log foi a única empresa que apresentou 100% de evidenciação em ambos anos analisados.

De um total de 15 indicadores de Práticas Trabalhistas 4 apresentaram 100% de evidenciação nos anos de 2012 e 2013. São eles: Total de trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região; Número total e taxa de rotatividade de empregados; Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves; e Média de horas de treinamento. Os indicadores com menor média foram: Indicador de desempenho social – empresa, e Programas de Empregabilidade, com 21% e 57%, respectivamente, de evidenciação.

Ao analisar a evidenciação dos Indicadores de Direitos Humanos foi possível constatar que a empresa Invepar apresentou a menor performance, ficando com média de 18% de evidenciação em ambos períodos. Outra empresa que apresentou baixa evidenciação destes indicadores foi a All America Lat, cuja média caiu de 55% para 18%. A JSL foi a única empresa a atingir 100% em pelo menos um ano, subindo de 82% em 2012 para 100% em 2013.

Nenhum indicador de Direitos Humanos atingiu média de 100% de evidenciação. O melhor desempenho ficou com 4 indicadores que ficam com média de 79% de evidenciação. São eles: Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a direitos

humanos; Número total de casos de discriminação; Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil; e Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Os indicadores de direitos humanos que apresentam os menores índices foram os de número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações, com 43% de evidenciação, e Operações sujeitas a revisões ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos, com 21% de comprovação. Segundo Kneipp et al. (2013), o desafio de uma gestão que integre de forma consolidada e estratégica os aspectos econômicos, sociais e ambientais, é cada vez mais comum no âmbito empresarial e demonstra a preocupação da organização com o futuro, mostrando um investimento em longo prazo.

Na sequência foi analisada a evidenciação dos Indicadores Sociais – SO. Apesar deste conjunto de indicadores ter apresentado uma das melhores médias deste estudo, com 77% de média geral de evidenciação, foram observadas empresas que regrediram na evidenciação destes dados. A empresa All America Lat registrou redução de 80% para 50%, CCR S/A Autoban reduziu de 80% para 60%, e Invepar reduziu de média de 70% em 2012 para 50% em 2013. A empresa Cosan Log apresentou a melhor evidenciação destes indicadores, atingindo 100% em ambos anos.

Do total de 10 Indicadores Sociais – SO, apenas 3 apresentaram 100% de evidenciação: Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades; Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies; e Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não conformidade com leis e regulamentos. O indicador por menor desempenho foi de divulgação de Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais, com 37% de média de evidenciação. Para Gomes e Tortato (2011) a sustentabilidade passa a ter o significado de gestão esclarecida e disciplinada que, aliás é o fator mais importante que os investidores levam em conta e devem ter em vista nas suas decisões de investimento.

Com relação aos Indicadores Sociais – PR, a empresa All America Lat demonstrou o índice mais baixo de evidenciação, com média de 11% nos dois anos. Outra empresa com baixa evidenciação deste conjunto de índices foi a Invepar, cuja média de evidenciação caiu de 44% para 33% de 2012 para 2013. As empresas JSL e Vale S/A apresentaram 100% de aproveitamento.

Os dois indicadores que apresentaram maior evidenciação, com 86% de média, foram: Práticas relacionadas com a satisfação do cliente; e Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços. Por outro lado, três indicadores apresentaram evidenciação média de 43%, sendo os indicadores com desempenho mais baixo do conjunto de Indicadores Sociais – PR. São eles: Procedimentos de rotulagem; Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem; e Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade.

Quanto aos indicadores setoriais, minerais e metais, não foi possível comparar os dados uma vez que somente a Vale S/A dispõe deste relatório. Por fim, a tabela 3 apresenta um resumo dos diversos grupos de indicadores separados por empresas. Podemos identificar que a empresa Vale S/A obteve o melhor desempenho na evidenciação dos dados, com média de 93 de evidenciação. A empresa foi pior índice de evidenciação foi a All America Lat, com média de 39% de evidenciação dos indicadores.

Tabela 3 - Índice de Desempenho Geral das Empresas Analisadas

INDICE DE DESEMPENHO GERAL

EMPRESAS	ECONOMICO	AMBIENTAL	TRABALHISTA	DIR. HUMANOS	SOCIAL - SO	SOCIAL - PR	Média
VALE S/A	100%	95%	93%	91%	80%	100%	93%
JSL	100%	98%	83%	73%	85%	100%	90%
COSAN LOG	78%	80%	100%	82%	100%	67%	84%
CCR S.A AUTOBAN	78%	72%	60%	82%	70%	67%	71%
ECOPISTAS - GRUPO ECOVIAS	89%	53%	87%	27%	80%	61%	66%
INVEPAR	33%	37%	47%	46%	60%	39%	44%
ALL AMER LAT	28%	35%	70%	27%	65%	11%	39%
MEDIA GERAL	72%	67%	77%	61%	77%	63%	70%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os indicadores que tiveram maior média de evidencição foram os Trabalhista e Social-SO, com 77% de média, seguidos pelos indicadores Econômicos, com média de 72%. Já os indicadores Ambientais atingiram 67% de média, enquanto o grupo Social-PR atingiu 63% de evidencição. O indicador de Direitos Humanos obteve a performance mais baixa, com média de 61% no período de 2012 e 2013.

5 CONCLUSÃO

A objetivo do presente estudo é compreender quais indicadores de sustentabilidade estão sendo evidenciados nos GRIs das empresas de Transportes. Os indicadores de desempenho mais evidenciados nas empresas analisadas foram os Trabalhistas e Social-SO, ambos com média 77% de evidencição, e os indicadores Econômicos com média de 72%. Com menor evidencição ficaram os indicadores de desempenho Ambiental e Social-PR, com 67% e 63% de média, respectivamente, e Direitos Humanos com 61% de evidencição no período de 2012 e 2013.

Algumas empresas não evidenciaram os dados em seus relatórios de sustentabilidade tornando difícil a análise. Além disso, também haviam dados divulgados para empresa específica, como o que ocorreu na Vale S/A, que divulga Indicadores Setoriais - Minerais e Metais. Para estes dados não foi possível realizar análise comparativa.

Os indicadores de desempenho mais notáveis foram: EC1-Valor econômico direto gerado e distribuído com 93%; EN3-Consumo de energia direta, EN8-Total de retirada de água, EN16-Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, EN22-Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição, EN28-Multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais com 93%; LA1-Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, LA2-Número total e taxa de rotatividade de empregados, LA8- Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves com 100%; HR1-Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a direitos humanos, HR4-Número total de casos de discriminação, HR6-Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil, HR7-Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo com 79%; SO1-Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, SO5-Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies, SO8-Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não conformidade com leis e regulamentos com 100%;

PR5-Práticas relacionadas com a satisfação do cliente e PR9-Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços com 86%; MM que divulga Indicadores Setoriais - Minerais e Metais, não foi possível comparar os dados uma vez que somente a Vale S/A dispõe desse relatório.

Com menos evidência ficaram: EC5-Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes com 43%; EN6-Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas com 29%; LA15-Indicador de desempenho social – emprego e HR10-Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos com 21%; SO10-Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais com 37%; PR3-Procedimentos de rotulagem, PR4-Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem, PR8 - Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade com 43%.

A principal contribuição teórica desse estudo está relacionada ao modo como estão sendo evidenciados os índices nas empresas prestadoras de serviços na área de transporte e logística, o estudo deixa evidente que alguns índices foram mais evidenciados que outros. A contribuição gerencial principal desse estudo relata-se o fato de que um gestor de uma empresa de transporte pode melhorar seus relatórios de sustentabilidade e identificar sua defasagem em comparação com o setor.

Uma limitação importante deste estudo está relacionada ao fato de que o estudo documental depende da interpretação dos autores. Para os próximos estudos sugere-se que sejam realizadas análises de casos neste mesmo segmento, verificando como utilizam cada medida de desempenho.

REFERÊNCIAS

BEATO, R. S.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. R. D. S. Rentabilidade dos índices de sustentabilidade empresarial em bolsas de valores: um estudo do ISE/BOVESPA. **Revista de Administração e Inovação**, v. 6, n. 3, p. 108-127, 2009.

BELLEN, H.M.V. Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. **Ambiente & Sociedade**. v. VII, n. 1, jan./jun.2003.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTURO DE SÃO PAULO. Empresas listadas. Disponível em: <<https://goo.gl/buwQg8>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BORDIN, D. P.; PASQUALOTTO, N. A importância da responsabilidade social empresarial para a sustentabilidade e o papel do marketing social. **Revista Capital Científico – Eletrônica**, v. 11, n. 2, p. 66-77, 2013.

BORGES, F. Q.; LOUREIRO, J. P. B. Interpretações sobre sustentabilidade nas organizações do setor elétrico brasileiro. **Revista Organizações em Contexto**, v. 10, n. 19, p. 307-329, 2014.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 828-842, 2013.

CARREIRA, F. A.; PALMA, C. M. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e Andorra. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 140-166, 2012.

CARVALHO, F.M.; SIQUEIRA, J.R.M. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 38, 2007.

CASTRO, F.A.R.; SIQUEIRA, J.R.M.; MACEDO, M.A.S. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrico Sul Americano. **RIC - Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 4, p. 83-102, 2010.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 17-38, 2012.

CORRÊA, R.; SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M.; RUIZ, M. S. Evolução dos níveis de aplicação de relatórios de sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, p. 24-40, 2012.

DEMONIER, J.L.; DEMONIER, G.B.; PIRES, M.A. Nível de Adesão das Empresas atuantes no Mercado Capixaba ao Modelo de Relatório de Sustentabilidade GRI. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 1-18, 2015.

DIAS, L. N. S.; SOEKHA, L. D. O.; SOUZA, E. M. V. Estudo de caso do balanço social da Albrás: de relatórios internos ao modelo GRI. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 3, n. 1, p. 83-96, 2008.

FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 101-117, 2011.

GARCIA, S.; CINTRA, Y. C.; RIBEIRO, M. S.; DIBBERN, B. R. S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015.

GASPARINO, M. F.; RIBEIRO, M. S. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 102-115, 2007.

GAVIOLI, M. B.; FRANCISCO, R.; SEHNEM, S. Indicadores de Sustentabilidade de uma Empresa Agroindustrial do Brasil no Período de 2009 a 2014. **Revista Organizações em Contexto**, v. 23, n. 12, p. 103-142, 2016.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE, Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada? Disponível em: <<https://goo.gl/bzo371>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GOMES, F. P.; TORTATO, U. Adoção de práticas de sustentabilidade como vantagem competitiva: evidências empíricas. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 5, n. 2, p. 33-49, 2011.

GUENTHER, E.; HOPPE, H.; POSER, C. Environmental Corporate Social Responsibility of Firms in the Mining and Oil and Gas Industries: Current Status Quo of Reporting Following GRI Guidelines. *Greener Management International*, v. 1, n. 53, p. 7-25, 2007.

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 135-149, 2011.

KNEIPP, J. M.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R.; GOMES, C. M. Características determinantes no nível de divulgação de informação em relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 12, n. 2, p. 295-338, 2013.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2009.

LOSEKANN, V. L.; VELASQUEZ, M.D.P.; VIEIRA, K.M. Classificação Setorial Bovespa e Naics Nível 1: Uma Análise Das Empresas Brasileiras sob a Ótica de Mercado. **Enegep**, out./2009.

LUCENA, S. L.; TRAVASSOS, S.K.M. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade do com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no brasil global reporting initiative. **Revista Eletrônica de Ciências**, v. 2, n. 1 e 2, 2009.

LUGOBONI, L.F.L.; ZITTEI, M.V.M.; PEREIRA, R.S.; RODRIGUES, G.B.S. Analise dos Relatórios de Sustentabilidade das Indústrias de Papel e Celulose. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade – RMS**, v. 3, n. 3, p. 66-88, 2013.

MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. S.; PENTEADO, I. A. M. A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, p. 163-194, 2012.

MOTA, M. O.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 1, p. 68-80, 2013.

- NOGUEIRA, K. G. F.; ANGOTTI, M. Os efeitos da divulgação de impactos ambientais: um estudo de eventos em companhias petrolíferas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 65-88, 2011.
- PEREIRA, D. B.; SILVA, R. N. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 3, n. 2, p. 79-87, 2008.
- PIECHOCKI, R. Industry survey transparency of annual sustainability reports. **Henry Stewart Publications**, v. 7, n. 2, 2004.
- PINSKY, V. C.; DIAS, J. L.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão estratégica da sustentabilidade e inovação. **Revista de Administração da UFMS**, v. 6, n. 3, p. 465-480, 2013.
- PINTO, S.; VILLIERS, C.; SAMKIN, G. Corporate Social Responsibility Disclosures During the Global Financial Crisis: New Zealand evidence. **New Zealand Journal Of Applied Business Research**, v. 12, n. 2, 2014.
- PLETSCH, C. S.; SILVA, A.; HEIN, N. Responsabilidade social e Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 53-69, 2015.
- PROGETTI, C.B.; ARIMA, C.H.; ZANONA, R.C. Análise da Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade do Bradesco. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2014.
- RABELO, N. S.; SILVA, C.E. Modelos de Indicadores de Responsabilidade Socioambiental. Corporativa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 2, n. 1, jun./2011.
- SÁ-SILVA, R.J.; ALMEIDA, D.C.; GUINDANI, F.J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.
- SCARPIN, M. R. S.; WALTER, S. A.; MONDINI, V. E. D.; RONCON, A. Sustentabilidade empresarial: análise de caso à luz da estratégia como prática. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 86-99, 2013.
- SCHMITT, C. S.; HAYDE, C. T. V. D.; DREHER, M. T. Sustentabilidade como vantagem competitiva: uma análise bibliométrica. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 2, p. 157-157, 2013.
- SILVA, M. E.; CÂNDIDO, G. A. A análise de indicadores de sustentabilidade na problemática de resíduos sólidos em Campina Grande – PB. **Reuna**, v. 17, n. 1, p. 91-110, 2012.
- SOUZA, A. A. A.; PACHECO, L. M.; CALDANA, A. C. F.; LIBONI, L. B. Ações de Redução de Impacto Ambiental das Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade da BM&FBovespa. **Revista Alcance**, v. 22, n. 1, p. 151-172, 2015.

TANNURI, G.; BELLEN, H.M.V. Indicadores de Desempenho Ambiental Evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade: Uma Análise à Luz de Atributos de Qualidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, v. 8, n. 1, p. 2-19, 2014.

TRAVASSOS, S. K. M.; COSTA, J. I. F.; SILVA, W. E.; ARAÚJO, M. L. Uso dos indicadores essenciais da GRI nos relatórios das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 113-129, 2014.

VASCONCELOS, A. C. F.; ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A. Indicadores de sustentabilidade e suas influências no desenvolvimento local: uma aplicação em região produtora de mamona no Estado da Bahia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 105-120, 2009.

VENZKE, C. S.; NASCIMENTO, L. F. M. Caminhos e desafios para a inserção da sustentabilidade socioambiental na formação do administrador brasileiro. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, p. 26-54, 2013.

ZARO, E. S.; PASTRE, F.; ALBERTON, L. Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas que Compõem a Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial 2013. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 1, p. 47-63, 2015.